

O Plano e o Déficit¹

José Serra

Professor licenciado da UNICAMP e Deputado Federal

Nas análises sobre o Plano Cruzeiro observa-se um apaixonado debate entre os economistas. De um lado, enfatiza-se o equívoco que representaria o seqüestro de uma grande fatia do estoque de liquidez da economia (M_4), em vez da concentração de esforços e ousadia no corte do crescimento da liquidez nominal, que seria a causa última do processo inflacionário. Do outro lado, sustenta-se que o bloqueio dos ativos financeiros, ou algo equivalente, teria sido essencial e inescapável, face ao papel desestabilizador do estoque de liquidez preexistente na transição de superinflação para a estabilidade dos preços. O problema não residiria no tamanho desse estoque, mas na sua espantosa capacidade (endógena) de expansão nominal e no alto risco de sua rápida conversão em fluxo.

Essa divisão, sem dúvida, alimentará um rico debate nos próximos anos, mas, por paradoxal que pareça, não se traduz em grandes diferenças nas prescrições práticas de política macroeconômica para o futuro. Ambos os lados consideram, por exemplo, indispensável, doravante, o controle do fluxo de liquidez, em cujo caso a redução e o adequado financiamento do déficit público desempenham um papel fundamental.

¹ Agradeço a colaboração de José Roberto Affonso na preparação dos dados, bem como seus comentários e os de Gesner de Oliveira.

Esta é, na verdade, uma das condições necessárias para que o Plano Cruzeiro dê certo. O sucesso na derrubada da inflação foi fulminante, mas, como ensinaram os planos Cruzado e Austral, é preciso distinguir com clareza o período de alívio imediato na derrubada da superinflação do sucesso duradouro da estabilidade.

Condições do Sucesso

Além da vitória sobre o déficit público, que abordaremos mais adiante, há outras condições relevantes para a conquista da estabilidade, por certo inter-relacionadas:

- a) a austeridade monetária;
- b) a profundidade e a duração do ciclo recessivo;
- c) a renegociação da dívida externa;
- d) a reestruturação do sistema financeiro e a volta da confiança nas aplicações financeiras.

O primeiro fator — austeridade monetária — é de curto prazo e essencial, como complemento necessário ao combate ao déficit público. É importante compreender que o excesso de dosagem no enxugamento inicial do estoque de liquidez, uma vez realizado, criou uma assimetria, de modo que sua rápida reversão conduziria mais à desestabilização de preços do que à retomada do nível de atividades. Ao contrário, tal desestabilização tenderia a ocorrer simultaneamente a um desemprego elevado, pois a reversão da dosagem não reporia níveis adequados de liquidez para todos os setores — a intermediação financeira não se mostra ainda apta a promover as transferências necessárias — nem, muitíssimo menos, níveis razoáveis de demanda para as atividades mais vitimadas pelo Plano.

Para o controle da liquidez, além do déficit público, são fatores relevantes, num horizonte mais próximo, a conversão de cruzados novos em cruzeiros e a taxa de juros, cujo papel foi recuperado pelo seqüestro de liquidez, na medida em que atenuou, consideravelmente, o efeito negativo de taxas reais mais elevadas sobre as contas do Tesouro.

Ao findar o primeiro mês e meio do Plano, cresceu a preocupação com a utilização inadequada de ambos os instrumentos. Os dados sobre a conversão ainda são muito incertos, mas, segundo fontes governamentais, a liquidez no início de maio teria subido mais de 50% em relação à situação inicial, tendo como fonte mais importante a conversão de impostos (e contribuições sociais) pagos em cruzados novos, que se transformaram em cruzeiros, através dos gastos governamentais. Um nível de liquidez, (M_4) entre 14 e 15% do PIB, poderia até ter sido um ponto de partida satisfatório e compatível com um choque antiinflacionário eficaz. Mas chegar a este nível a partir de outro um terço inferior, em tão pouco tempo e de forma não-planejada, constitui, sem dúvida, um resultado preocupante. Por outro lado, as taxas de juros reais (por exemplo, da poupança) podem ser consideradas relativamente baixas, no contexto e face aos requisitos iniciais de um plano de estabilização aplicado em cima de um quadro de superinflação.

De certo modo, a *overdose* acabou cobrando um preço elevado, pois, de um lado, parece ter criado um excesso de segurança no Governo, afrouxando suas guardas. Do outro,

ampliou muito as pressões pela abertura das torneiras, e estimulou a imaginação criadora e pouco ortodoxa do setor privado e de governos estaduais e municipais para promover a conversão.

O segundo fator, referente à magnitude da recessão, importa porque a ela está condicionada a sustentação social do Plano. Dependendo do tamanho da queda de produção e do emprego, essa sustentação poderia ser fragilizada, tornando a necessária disciplina fiscal e monetária mais vulnerável às pressões corporativistas, exercidas diretamente ou através do Congresso e dos partidos. Acrescente-se, por outro lado, que os efeitos políticos da recessão seriam agravados se houvesse uma retomada, a curto prazo, do aumento de preços, mesmo que moderada e sempre que ascendente, em razão de recomposições de preços relativos e de pressões localizadas de demanda.² Tal retomada, dependendo de seu vigor, ampliaria, inclusive, a possibilidade da volta das regras de indexação, poderoso fator de realimentação da alta de preços.

O terceiro fator, de médio prazo, referente à dívida externa, tem estado injustificadamente à margem das análises. Esquece-se de que não basta suspender os pagamentos indefinidamente — como se isto fosse possível —, pois a negociação, ou seja, o estabelecimento entre o País e os credores de um entendimento sobre as novas condições da dívida, é essencial para que sejam retomados os fluxos *normais* de financiamento externo oficial³ e de investimentos diretos. A ausência dessa normalidade provocou uma perda para o País, entre 1984 e 1988, de aproximadamente US\$ 20 bilhões,⁴ montante capaz, isoladamente, de explicar nossos problemas de balanço de pagamentos. Não há estabilidade de preços que se sustente a médio prazo num quadro de escassez cambial, foco permanente de desestabilização de expectativas e de apostas na desvalorização da moeda. Além disso, sem tal normalização, não será possível implementar nenhuma política de significativa liberalização das importações, requisito da estratégia de crescimento a médio prazo, nem utilizar a concorrência externa para controlar de forma não-atabalhoadas os *price makers* domésticos.

A quarta condição, também de médio prazo, referente ao sistema financeiro, exige, obviamente, que se consiga manter a austeridade monetária e supõe que se consiga responder a um duplo desafio: evitar a tendência à dolarização como a volta da moeda indexada com juros, que permitia combinar rentabilidade real, segurança e liquidez, três atributos que jamais poderiam pertencer simultaneamente a um mesmo ativo financeiro.⁵ Até agora,

2 A propósito dos preços relativos, cumpre lembrar não apenas a elevadíssima dispersão existente às vésperas do choque, como, a partir do choque, as novas pressões criadas pelos reajustes de tarifas e preços públicos e a maior carga tributária efetiva. Quanto às pressões localizadas de demanda, sua origem deve ser identificada no aumento inicial do poder aquisitivo dos salários, na fuga à parte da poupança não-sequestrada (face aos juros nominais baixos e a alguma perda de confiança) e no aumento de liquidez, que se traduz na maior demanda por ativos, como dólares, ações, ouro e até mesmo imóveis. Face a essas pressões, do lado da oferta, surgem os maiores custos de reposições de estoques.

3 FMI, Banco Mundial, BID e Eximbanks.

4 Tais fluxos *normais* suporiam um nível de investimentos diretos (ingressos menos remessas de dividendos e repatriações) semelhante ao de 1982 e um fluxo líquido zero no referido financiamento (ingressos menos encargos e amortizações). Cf. José Serra, *Brasil: An Economic Program*, N. Y., agosto de 1989, Council of Americas.

5 A propósito, vale em paralelo, dizia-se, na Alemanha dos anos 30, que a ninguém era possível deter, senão dois dos três seguintes atributos: a) ser nazista; b) ser honesto; c) ser inteligente. Do mesmo modo, caberia dizer que nenhum ativo financeiro poderia deter senão dois dos três atributos citados.

diga-se de passagem, este último esquema permanece, simbolizado pelo processo de recompra automática dos títulos da dívida pública.

A perspectiva de relaxar totalmente o seqüestro da liquidez em 12 prestações, a partir de setembro de 1991, torna mais imperativa uma resposta bem-sucedida ao citado desafio. Além da conquista de um apreciável alongamento voluntário das aplicações financeiras hoje retidas, ela aconselha, aliás, a maximizar o esforço de converter previamente a maior quantidade possível de cruzados novos *sem expandir a liquidez*.

Perspectivas do Déficit Público

O sucesso duradouro da estratégia contra o déficit público, não obstante a vontade declarada do Governo e especialmente sincera da equipe econômica, constitui ainda uma possibilidade em aberto e um objetivo de alcance ainda duvidoso.

Aquela vontade expressou-se em seis linhas de atuação:

a) redução do estoque real da dívida pública, cuja implicação mais direta seria, evidentemente, a diminuição dos encargos financeiros, no caso da dívida mobiliária interna, mediante o feriado bancário, e o subsequente não-repasse do resíduo inflacionário à correção das BTN's. Estima-se que o *ganho* resultante equivaleu a um terço do referido estoque. No caso da dívida externa, afora a suspensão unilateral do pagamento de encargos, as negociações, visando a realizar a referida redução, ainda não começaram;

b) alongamento da dívida do setor público, no caso da dívida interna, compulsoriamente, com prefixação de uma taxa de juros de 6% e eventual correção monetária abaixo da inflação efetiva, se as BTN's variarem segundo as *metas* da inflação. No caso da dívida externa, tal possibilidade também fará parte das negociações. A implicação do alongamento é, evidentemente, a de suavizar a demanda de refinanciamento a curto prazo, que termina pressionando os encargos e desestabilizando expectativas. No caso da parcela retida, alivia-se temporariamente o *desembolso* dos encargos;

c) obtenção de receitas, mediante a colocação dos certificados de privatização e vendas diretas de ações de empresas públicas nas bolsas de valores. O primeiro instrumento é, de longe, o mais importante, tendo sido fixadas metas iniciais (para este ano) ambiciosas (2% do PIB). Seu efeito sobre o déficit público pode ser temporário, se for utilizado para gasto, ou permanente, se for destinado, como parece ser a intenção, a resgatar dívida existente, em cujo caso aliviaria encargos financeiros (para uma taxa de juros de 10% real, cerca de 0,2% do PIB ao ano). É interessante observar que a colocação dos CP's, compulsória, representa, na verdade, uma operação de crédito. Enquanto tais certificados não forem trocados por ações de empresas estatais, deverão ser contabilizados no endividamento público;

d) forte reajuste de preços e tarifas públicas;

e) ganhos de receita tributária, mediante o chamado efeito Tanzi ao inverso, o drástico estreitamento da economia informal (término do anonimato fiscal), o maior rigor no

combate à sonegação (efeito Tuma) e, inicialmente, o estímulo ao pagamento de impostos, face à possibilidade de fazê-lo em cruzados. Além disso, haveria a contribuição do aumento extraordinário, decorrente da maior alíquota do IOF, e dos cortes de incentivos do IPI, IR e Imposto sobre as Importações, bem como, em 1991, do Imposto sobre a Renda Agrícola e da criação do Imposto sobre Grandes Fortunas. No médio prazo, segundo o Governo, seria feita uma reforma tributária mais ampla;

f) cortes de despesas, graças à reforma administrativa (pessoal e outros custeios), inclusive com medidas visando a mais eficiência nas empresas públicas.

A estratégia esboçada não peca por falta de ousadia nem por falta de chance de sucesso a médio e longo prazos. O problema que se apresenta, como aliás grande parte das questões que envolvem metas econômicas ambiciosas e articuladas, refere-se à *transição* da situação herdada de quase-colapso do financiamento público ao equilíbrio desejado. Se a transição não for bem-feita, se seguir uma trajetória tortuosa ou excessivamente lenta, poderá terminar afetando o resultado final.⁶

Em função das medidas apontadas, o Governo anunciou a obtenção, neste ano, pelo conjunto do Setor Público Federal, de recursos equivalentes a 10% do PIB, sendo 4% por conta da elevação de receitas, 3,5% em face do corte de despesas e 2,5% pela venda de ativos. Qualquer avaliação quantitativa, mais precisa a respeito, é virtualmente impossível, pois o Governo não apresentou resultados desagregados nem sua folha de cálculos.

À primeira vista, porém, é plausível considerar que o ganho será inferior ao apontado, e que, no ano próximo, não será fácil recuperá-lo. Senão, vejamos.

É preciso reconhecer inicialmente que:

a) as possibilidades do aumento de receitas tributárias federais são boas (conforme veremos adiante), caso se confirmem previsões, até certo ponto, moderadas sobre a queda da atividade econômica;

b) o corte de despesas pode aproximar-se da proporção citada, devido à diminuição dos desembolsos efetivos, neste ano e em grande parte do ano próximo, com juros das dívidas interna e externa. Tais desembolsos, em 1989, equivaleram à quase-totalidade das necessidades de financiamento do setor público, estimadas em 7% do PIB. Parece razoável supor que neste ano se consiga reduzir essa proporção à metade (pelo critério de competência).

Sem embargo, há bons motivos para inquietação quando revisamos, com mais detalhe, outros aspectos que condicionam os gastos e as receitas. Para começar, com relação à alocação de CPs, mesmo que sejam obtidos resultados significativos já em 1990, é preciso ter presente que seu efeito, como receita, é do tipo *once for all*, não se repetindo no ano de

⁶ Por exemplo, resultados lentos, em relação ao déficit, podem contribuir para uma retomada da inflação que, por sua vez, prejudicará o combate ao déficit, direta e indiretamente, além de acabar impondo medidas mais restritivas sobre a atividade econômica.

1991. Para ocorrer um ganho permanente (e muito menor) seria preciso, como dissemos, que tais receitas fossem utilizadas somente para resgate da dívida do setor público. Não parece, por outro lado, que as vendas diretas de ativos e conversões da dívida externa de estatais, em participação acionária, possam ter um efeito expressivo sobre tais encargos, neste ou no próximo ano.

Além disso, quando se examina a situação fiscal federal (com base nas Contas Nacionais) — ou seja, administração direta e autarquias (inclusive Seguridade Social) —, podemos constatar filtrações que absorvem o esforço de arrecadação tributária. Este esforço é realmente apreciável, como se depreende da Tabela 1. Neste ano, dadas as premissas feitas, a receita tributária poderá subir, em relação a 1989, de 13 a 17% do PIB, caso este decline em cerca de 6% (ver rodapé da Tabela 1). Cumpre, ainda, lembrar que, no ano próximo, o efeito de algumas dessas medidas será mais pleno (neste ano ocorreu a partir de meados de março), inclusive no que se refere aos incentivos, cujo corte foi prejudicado pelo direito adquirido dos projetos em andamento.

No entanto, mais de um terço do citado aumento deve-se a um acréscimo do IOF, que é também do tipo *once for all*. Diga-se, a propósito, que tal acréscimo foi inicialmente estimado em 3% do PIB, mas as últimas estimativas nos levam a algo em torno de 1,3%. Por outro lado, o item correspondente a *demais receitas correntes* (não-tributárias) sofre uma expressiva queda: de 6,9% do PIB, em 1988, para 3,5%, em 1990. Isto se deve, principalmente, à queda esperada nas contas de *resultados operacionais* do Banco Central (que, em essência, representam queda de senhoriagem), bem como da remuneração da caixa do Tesouro e de entidades supervisionadas, como o FPAS/IAPAS. Este último fator correspondia à contrapartida de uma espécie de efeito Tanzi, que reduzia o valor real das despesas e que o declínio da inflação elimina.

Além disso, os gastos de consumo do Governo Federal sobem, entre 1989 e 1990, de 5,8 para 8,2% do PIB, principalmente em razão dos espetaculares aumentos e das múltiplas isenções salariais concedidas no apagar das luzes do governo Sarney.⁷ Uma estimativa aproximada mostra que, em 1990, serão gastos 8,8% do PIB, com salários e pagamentos de inativos, contra 5,9%, em 1989.⁸ Esse aumento engole, quase que sozinho, a elevação estimada das receitas tributárias deste ano que, assim, não ficaria disponível para a eliminação do déficit.

Afora o aumento da folha de salários, pesará, também, o aumento dos gastos com benefícios da previdência, no mínimo em cerca de 2,2% do PIB, face à ampliação constitu-

7 Os fatores de aumento que mais pesaram foram: a) reajuste especial do Legislativo, do Judiciário e dos Militares, a partir de maio/junho de 1989; b) reposição do Plano Bresser, novembro de 1989 (aproximadamente 27%); c) reposição do Plano Verão, dezembro de 1989 (aproximadamente 56%); d) isenções — algumas constitucionais — para algumas carreiras de especialistas e entre Polícia Federal com advogados da União, destes com o Ministério Público etc.; e) vários aumentos especiais na administração indireta, como LBA, EMBRAPA, Banco Central, CBTU etc. Nesta última, por exemplo, o aumento real a partir de janeiro foi de 51%.

8 Essas estimativas não aparecem diretamente na Tabela 1, nem na Tabela 2.

cional dos benefícios e a vinculação ao salário mínimo ora vigente. Este salário deverá crescer 3% real ao mês.

Por fim, tenha-se presente que a economia com dispensa de pessoal, cuja estabilidade não está protegida pela Constituição, não deverá atingir, neste ano, nenhum valor líquido significativo, em razão dos custos associados a tal dispensa.

O resultado simulado para a administração federal, dadas as estimativas preliminares existentes, acaba apontando, assim, para um déficit corrente elevado em 1990 (sem muita perspectiva de queda em 1991): perto de 4,4% do PIB.

As possibilidades de diminuição das necessidades de financiamento, neste ano e no próximo, não parecem brilhantes, a menos, paradoxalmente, que a *inflação se acelere*, reduzindo os gastos reais de consumo governamental e aumentando as receitas de senhoria-gem e de caixa advindas da inflação. Mas isto, evidentemente, significaria, ao mesmo tempo, a frustração do plano de estabilização.

As possibilidades alternativas, levantadas pelo Governo, repousam inicialmente em cortes de gastos, cujos efeitos não são de fácil avaliação. A primeira refere-se à colocação, em disponibilidade, de pessoal pertencente a órgãos e entidades formalmente extintos. Diz-se que a situação de disponibilidade permitiria redução de salários, que passariam a ser proporcionais ao tempo de serviço, mas isto ainda não foi legalmente determinado.⁹ Além do mais, essa disponibilidade dificilmente afetará um número de funcionários cujos salários superem 10% da folha de pessoal, sendo que a economia máxima, se for legalmente possível, dificilmente chegará a mais de 5%.¹⁰

A segunda fonte repousa nos cortes orçamentários, em outros custeios e investimentos, graças também à reestruturação dos ministérios. Surpreendentemente, o Governo ainda não suspendeu imediatamente a indexação orçamentária, que pode transmitir a inflação pré-Plano para as dotações orçamentárias posteriores. Faltam também detalhar os itens de revisão de gastos e cancelar empenhos, o que, até agora, o Governo não fez. O não-cancelamento de empenhos permite, no máximo, que as despesas feitas não sejam pagas, o que representa postergação de desembolso, mas não corte de gastos e de déficit. Uma oportunidade para tanto existirá na revisão orçamentária prevista pela Lei de Diretrizes Orçamentárias de 1990, embora não fosse necessário aguardá-la. Teme-se, no caso, a demora no envio do projeto de lei — que reflete a dificuldade do Governo para organizar-se nessa área, e a resistência do Congresso em aprovar os cortes. Acrescente-se, ainda, a relativa incompressibilidade dos gastos de investimentos, face ao nível baixo e à deterioração do estoque de capital social básico do País.

9 A CLT não prevê a figura da disponibilidade, e o Estatuto do Servidor Público Federal (Lei 1.711) prevê que, durante o período de disponibilidade, o funcionário deve continuar percebendo a mesma remuneração.

10 Somente a folha de salários dos ministérios militares, inativos, Legislativo, Judiciário e Universidades — todos, salvo fatos novos, isentos da disponibilidade — equivale a perto de 75% do total da folha. Há outros que também estão virtualmente fora, como pessoal do Ministério Público, Itamaraty, da Receita Federal, Polícia Federal, Previdência, CBTU, EMBRAPA etc.

Para o próximo ano, acena-se com novos tributos e a revisão dos atuais. Mas o espaço para grandes aumentos de receita, em razão de alterações na legislação tributária, é moderado. Além disso, tal revisão ainda não foi definida, como o demonstra o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, recém-enviado pelo Governo, que contém apenas referências notavelmente vagas. Por outro lado, a receita máxima previsível, graças ao Imposto sobre a renda agrícola e a eventual instituição do Imposto sobre Grandes Fortunas (caso seja aprovado), não chega, em seu conjunto, a 0,5% do PIB. Não se esqueça, ainda, de que há uma tendência à contração da receita do Imposto de Renda, gerado em 1990 e pago em 1991, em razão da provável queda dos lucros e rendimentos tributáveis neste ano.

Estados e Municípios

A respeito de outro integrante emérito das contas governamentais — a esfera estadual e municipal, que detinha cerca da metade da folha de pessoal do setor do Governo em geral (1988) —, cabem só preocupações. Seus ganhos de receitas reais, nesta fase inicial do Plano, permitidos pela conversão em cruzeiros de impostos pagos em cruzados novos (até 18 de maio), foram substanciais, inclusive, graças a maiores pagamentos de dívidas ativas e face à utilização de procedimentos pouco ortodoxos, que permitiram a antecipação do pagamento de tributos. Mas nenhum estado ou município anunciou, ou muito menos realizou, até agora, qualquer programa de ajuste. Mais ainda, o ano é eleitoral e os governadores estão no fim do mandato — de modo que existe tendência a *sobregastar*, qualquer que seja o aumento de receita. Note-se que da arrecadação do Imposto de Renda em maio, que será substancial (pelos elevados lucros e rendimentos de 1989 e pelo fato de que ninguém que tenha cruzados novos parcelará o recolhimento do imposto), metade irá para os estados e municípios, mantendo o gás do dispêndio que, de outro modo, seria rarefeito pela desaceleração da economia e pela maior dificuldade relativa de se pagar impostos em cruzeiros. Por isso tudo, dificilmente pode-se esperar que estados e municípios contribuam para algum ajuste, senão o contrário, pois o atual aumento de gastos terá rigidez na queda (uma bolha que vira patamar), enquanto a receita dificilmente se sustentará. As estimativas feitas, com hipóteses moderadamente otimistas, apontam para uma sensível queda de receita agregada de estados e municípios, em 1990 (perto de 5%). A situação poderá ser especialmente adversa para estados e municípios dependentes do ICM, como aliás ocorreu no ciclo recessivo de início da década passada.

De fato, a médio prazo, a possibilidade real de consolidar o saneamento financeiro do setor público depende, além de ações mais definidas no campo institucional (e constitucional), da preservação da estabilidade de preços e da simultânea retomada do crescimento (além da *normalização* das relações financeiras externas), que animariam os setores que *produzem* mais receitas tributárias. Mas tal possibilidade depende, também, do que vier a ocorrer com as contas fiscais num prazo mais curto. No caso, qual será mais provável: a interação virtuosa ou o círculo vicioso?

Tabela 1
Conta da Administração Pública Federal na Contabilidade Nacional — 1985/90

Especificação	Em % do PIB			
	1985	1988	1989(e)	1990(e)
A. TRIBUTOS (A.1+A.2)	16,04%	14,29%	13,14%	16,90%
A.1. Diretos	11,20%	9,33%	9,39%	11,30%
A.2. Indiretos	4,84%	4,97%	3,75%	5,60%
B. OUTRAS RECEITAS LÍQUIDAS (B.1-B.2)	-2,69%	2,20%	-0,16%	-0,37%
B.1. Outras Receitas Brutas	7,94%	17,18%	17,10%	20,57%
B.1.1. Transfer. Intragover.	7,17%	15,45%	10,23%	17,11%
B.1.2. Demais	0,77%	1,73%	6,87%	3,46%
B.2. Outras Desp. com Transferência	10,63%	14,98%	17,26%	20,94%
B.2.1. Transfer. Intragover.	7,17%	10,71%	13,90%	17,12%
B.2.2. Transfer. Intergover.	2,99%	3,96%	3,07%	3,05%
B.2.3. Ao Setor Privado	0,44%	0,26%	0,29%	0,76%
B.2.4. Ao Exterior (excl. juros)	0,03%	0,04%	0,00%	0,00%
C. RECEITA LÍQUIDA (A+B)	13,35%	16,49%	12,97%	16,53%
D. CONSUMO	3,69%	5,90%	5,80%	8,19%
D.1. Pessoal e Encargos	2,43%	2,97%	3,89%	5,73%
D.2. Outras Compras	1,27%	2,93%	1,91%	2,46%
E. OUTRAS DESPESAS (excl. juros)	7,21%	6,08%	7,68%	9,76%
E.1. Transfer. Assist. e Previdência	5,96%	5,16%	6,12%	9,56%
E.1.1. Benefícios Prev. Social (INPS)	3,29%	2,38%	2,54%	4,73%
E.1.2. Saques FGTS e PIS/PASEP	1,09%	0,83%	0,69%	1,25%
E.1.3. Demais	1,57%	1,96%	2,89%	3,58%
E.2. Subsídios	1,26%	0,92%	1,56%	0,21%
F. SALDO CORRENTE PRIMÁRIO (C-D-E)	2,44%	4,51%	-0,50%	-1,42%
G. ENCARGOS DÍVIDA PÚBL. (excl. correção)	4,70%	3,34%	6,89%	2,94%
G.1. Dívida Interna	3,80%	3,03%	6,47%	2,47%
G.2. Dívida Externa	0,90%	0,31%	0,42%	0,47%
H. POUPANÇA CONTA-CORRENTE (F-G)	-2,26%	1,17%	-7,40%	-4,36%
K. FORMAÇÃO BRUTA CAPITAL FIXO	0,50%	1,00%	0,79%	1,18%
L. NECESSIDADE MÍNIMA FINANC. (H-K)	-2,75%	0,16%	-8,19%	-5,54%
PIB	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fontes: 1985/1988 — dados extraídos das Contas Nacionais — IBGE/DECNA e FGV/CEF.

1989 — estimativas preliminares a partir dos Balanços Gerais da União.

1990 — previsões preliminares a partir do Orçamento da União, execução financeira (abril), simulações do impacto do plano de estabilização sobre tributos (considerados elasticidade-renda, *efeito Tanzi ao inverso*, ganhos com cortes de incentivos e combate à sonegação), gastos com pessoal (hipótese de reajuste — metade da inflação observada no mês) e benefícios previdenciários (reajuste conf. do salário mínimo); e outras informações. PIB estimado supondo variação anual do produto real em -6,4% e do deflator implícito em 1992% (inflação média de 5,1% a.m. entre mar-dez/90).

Conta corrente exclui: receitas de operações de crédito, alienação de bens e retorno de crédito; despesas com amortizações, concessão de empréstimos e inversões financeiras; além da receita patrimonial e transferências do FGTS e PIS/PASEP.

Origem dos dados: balanços (registros pelos critérios: de caixa — receitas e gastos com serviço da dívida; de competência — demais despesas).

Encargos da dívida interna excluindo correção monetária dos dados das contas nacionais.

Tabela 2
Despesas com Consumo, Pessoal Inativo e Investimentos
da Administração Pública Federal nas Contas
Nacionais 1970/1990

Em percentagem do PIB					
ANOS	Consumo		Transferência p/inativos	Transf. bene- fícios-Prev. Social	Investimentos
	Bens e Serviços	Pessoal			
1970	1,50	3,51	1,21	2,84	1,58
1975	1,64	3,03	0,78	2,71	1,82
1980	1,59	2,49	0,74	3,50	0,72
1985	1,28	2,43	0,77	3,28	0,50
1986	1,59	2,37	0,77	3,45	0,84
1987	2,24	3,44	0,84	2,64	0,95
1988	2,93	2,97	0,98	2,38	1,00
1989(e)	1,91	3,89	1,25	2,54	0,79
1990(e)	2,46	5,73	1,94	4,73	1,18

Fonte: Contas Nacionais FGV e IBGE.

(e) Estimativas preliminares próprias. Abrange Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos Especiais.

Transferência para inativos: despesas com Encargos Previdenciários da União (aposentados e pensionistas só da Administração Direta).

Transferência de benefícios da Previdência Social: aposentadorias e pensões pagas pelo INPS.

Originais recebidos em 16 de maio de 1990